

JOÃO PEIXOTO

Gabinete de Estudos Demográficos
Instituto Nacional de Estatística

Elogio da Cidade *

97

Qual o futuro das cidades? O primeiro problema a resolver é o do próprio conceito de "cidade". Na literatura sociológica, existem duas teorias dominantes: uma que defende a contínua especificidade do "urbano", conferindo identidade às "cidades" ao longo da história; outra que sustenta a diversidade da realidade "urbana", consoante as diferentes sociedades onde se enquadram as concentrações físicas da população. Devemos admitir que ambas as posições têm elementos de verdade. Sociedades, histórias ou civilizações diferentes dão diferentes significa-

dos às cidades; mas podemos defender que a forte interação social, a permanente diversidade dos contactos, a informalidade das relações, sustentam uma forma peculiar de realidade sociológica. A actual sociedade de comunicação introduz alguns dados novos: nunca a comunicação inter-pessoal foi tão independente da proximidade física. Mas mesmo nela, mais importante do que falar do "fim das cidades" ou de uma "urbanização generalizada" é talvez enfatizar a permanente diferença da "cidade".

FALA-SE, hoje, de uma "civilização urbana sem cidades". E constata-se a existência da "contra-urbanização": a tendência é para as grandes metrópoles do mundo desenvolvido se despovoarem, e se revivificarem, a vários níveis, as pequenas e médias cidades, as menores concentrações demográficas (Berry, 1976). Fala-se na crise das grandes cidades, nos seus elevados custos de produção, no seu congestionamento, na sua débil qualidade de vida. E sente-se, por vezes, a tentação da pequena escala: depois do grande, retomamos o "pequeno": as pequenas e médias concentrações, as pequenas e médias empresas, o povoamento "difuso".

Mas, por outro lado, contradizemo-nos. A "contra-urbanização", parece, despova os centros metropolitanos, mas continua a preencher grandes áreas urbanas, que gravitam, de algum modo, em torno daqueles centros; as análises das migrações revelam que se no global as grandes metrópoles sofrem percas líquidas de população, têm importantes ganhos

* Este texto foi premiado no Concurso Mundial de Jovens Sociólogos, organizado no âmbito do XII Congresso Mundial de Sociologia. Ele reflecte o trabalho do autor enquanto assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais.

selectivos — como as entradas de adultos jovens. A própria teoria, em alguns países, se inflecte: se foi moda falar da “pequena escala”, da pequena dimensão urbana, hoje tomam-se de novo em atenção as grandes metrópoles, ou as grandes concentrações empresariais. E, finalmente, fica-nos a sensação particular, e deslumbrante, de entrar numa grande metrópole: sentimos, provavelmente, os sintomas da crise; mas a vitalidade parece-nos tanta que duvidamos, fortemente, do “fim das cidades”.

Neste texto iremos rever, brevemente, alguns dos tratamentos teóricos a que a realidade “urbana” foi sujeita, no campo da sociologia, no que concerne à sua especificidade (a “cidade” enquanto categoria social ao longo da história), ou à sua diluição em espaços sociais específicos (as concentrações demográficas em diferentes sociedades, no tempo e no espaço). Iremos defender, numa segunda parte, a contínua importância da “cidade”, mesmo na futura sociedade de comunicação.

A especificidade do “urbano”

O que são “cidades”? Ou, em alternativa, o que é “urbano”? Em princípio, a maioria dos autores está de acordo em que, durante muito tempo, os meios “urbanos” coincidiram com as “cidades”. Apenas na época moderna, com início na Revolução Industrial, o fenómeno “urbano” (a industrialização, a integração de todas as actividades económicas no mercado, a “cultura urbana”, por exemplo) parece ter ultrapassado as fronteiras das “cidades”, e ter-se difundido pelo espaço físico.

O que são, então, “cidades”? A complexidade dos factos urbanos é enorme: são muitas as diferenças entre as primeiras cidades conhecidas (na Mesopotâmia, cerca de 3500 A.C.) e as actuais, tal como são grandes as diferenças entre estas (por exemplo, as cidades americanas e as do Terceiro Mundo). Mas haverá ou não pontos comuns?

Num ponto todos os autores concordam — e essa é a primeira característica distintiva das cidades: elas são importantes concentrações geográficas da população num determinado ponto; são, portanto, aglomerados relativamente densos. A questão do número de habitantes, ainda que seja uma condição necessária à sua existência é, no entanto, uma das mais frágeis: de facto, as fronteiras populacionais variam muito de organização social para organização social. Para Weber (1982:17-18), por exemplo, têm existido aldeias de dimensão superior a muitas cidades: “Tomada isoladamente” — escreve ele — “a dimensão populacional não é um critério decisivo”. Para Ledrut (1973:7-9), “tamanho e densidade

populacional desempenham um papel, mas só possuem sentido e efeito em relação com certas estruturas sociológicas”.

Existe uma segunda característica comumente aceite: as cidades são concentrações permanentes e estáveis, que se diferenciam de locais de concentração esporádica: por exemplo, feiras ou concentrações religiosas. No início, a sua natureza poderá ter sido, contudo, diversa: segundo Mumford (1979:20), antes de constituir um centro de residência permanente, a cidade começou precisamente por ser um lugar de reunião periódica, para fins religiosos; tal facto (o “magnete surge primeiro do que o invólucro” — escreve) não invalida, porém, a grande maioria da sua substância histórica, neste aspecto.

Para outros — terceira característica —, as cidades são lugares onde se concentra uma multiplicidade de actividades e funções: sociais, culturais, industriais, comerciais, religiosas; são, portanto, locais de acentuada divisão do trabalho. A coordenação da especialização implica, entretanto, o surgimento de hierarquias e, daí, de uma estratificação social.

Estas três características coincidem, de alguma forma, com as definições de cidade de Wirth, Sjoberg, Mumford, Ledrut ou Claval. Para Wirth (1976:96), “para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogéneos”. Para Sjoberg (1972:38), a cidade é “uma comunidade de dimensões e densidade populacional consideráveis, abrangendo uma variedade de especialistas não agrícolas, nela incluída a elite culta”. Para Mumford (1989:88), para “indicar com segurança a existência de uma cidade não é suficiente que exista um grande número de pessoas concentrado numa área limitada, mas que estas pessoas estejam sujeitas a um controle unificado, formando-se uma comunidade o mais possível diferenciada e com objectivos não limitados à alimentação e sobrevivência”. Para Ledrut (1968:11), a cidade é “uma população estabelecida de forma mais ou menos durável sobre um espaço mais ou menos bem delimitado, e onde os membros vivem em relações de interdependência, regidos por certas instituições”. Claval (1981:4 e 27-28), finalmente, coloca estas mesmas questões de forma diferente: para ele, a cidade é “uma organização destinada a maximizar a interacção social”, implicando uma “necessidade de especialização e diversificação do corpo social”; ela está ligada a um aumento da divisão do trabalho, e à necessidade de comunicar e de trocar

mercadorias ou ideias. Já Weber (1982:17-19), por seu lado, só refere explicitamente a primeira característica e recusa a última, na sua definição de "cidade".

Em consequência da forte interacção social aí existente as cidades podem ser consideradas — quarta característica — como as fontes da inovação e do progresso técnico (Sjoberg, 1972:43; Mumford, 1989:133). Daí que ainda hoje sejam identificadas com a "civilização" — o que a própria origem etimológica da palavra traduz. Na cidade, com efeito, concentram-se não só muitos indivíduos diferentes, como indivíduos provenientes de lugares muito diferentes: o intercâmbio que daqui resulta — a nível de ideias ou informações — permite que a cidade seja o fulcro da mudança, por contraoposição ao campo. "Desde a antiguidade" — escreve Claval (1981:34) —, "ouvimos os espíritos amantes da ordem e da tradição insurgir-se contra o êxodo rural, e elogiar os encantos bucólicos do campo". A cidade — sublinha Mumford (1979:133) — é um dos primeiros grupos sociais aberto "a todos os estranhos", ao contrário da aldeia ou do clã, o que provoca efeitos dinâmicos evidentes.

As cidades, finalmente — quinta característica —, representam sempre uma concentração geográfica do produto excedente agrícola. A capacidade de produção desse excedente é, aliás, normalmente vista como condição necessária, mas não suficiente, do surgimento das formas urbanas (Claval, 1981:28; Harvey, 1977: 226-234). Por outras palavras, as cidades só puderam surgir quando foi possível a obtenção de um sobre-produto agrícola que alimentasse os especialistas não agrícolas que nela habitam (se, nos seus primórdios, parte importante dos habitantes das cidades eram agricultores, sempre aí existiu uma importante proporção de pessoas não ligadas à agricultura); a incapacidade técnica da agricultura é, precisamente, uma das razões apontadas para a estagnação urbana durante muitos séculos (Claval, 1981:34). O crescimento das cidades tem sempre de se efectuar, assim, em alguma oposição ao campo; daí que Marx, por exemplo, tenha falado da oposição cidade-campo como a primeira manifestação da separação da população em duas classes; daí, também, que surja sempre como natural o carácter não agrícola das cidades — e, generalizadamente, do "urbano".

A este nível de generalidade — concentração geográfica, estabilidade, múltiplas actividades económicas e sociais e interacção social, inovação, concentração do excedente agrícola —, as características das cidades podem ser aceites por bastantes autores.

Existem, no entanto, outras características mais polémicas. Uma delas tem a ver com o facto de a vida em meio urbano dar origem a um "modo de vida", ou a uma cultura própria. Parcialmente, Weber (1982:18) referiu-se a isso: a aglomeração de habitantes que constitui as cidades provoca, frequentemente, a ausência de uma relação de vizinhança e conhecimento pessoal e recíproco dos habitantes. A principal autoria desta ideia cabe, no entanto, a Wirth (1976): é ele quem refere que a existência de cidades provoca a existência do "urbanismo" como um "modo de vida". As principais características da "cultura urbana" seriam a segmentação das relações humanas — o anonimato, a superficialidade e a transitoriedade —, a diversificação e especialização individuais e a maior mobilidade, instabilidade e insegurança dos indivíduos.

A teoria de Wirth (relacionada com as terceira e quarta características vistas acima) pode ser ligada às ideias de Durkheim (1977) ou Simmel (1976). Durkheim considera a "densidade física", que se transforma em "social", o principal motor da divisão social do trabalho e da transformação social: é o acréscimo do número dos homens, e a sua maior interacção, que faz mover as sociedades da primeira para a segunda fase polar — as solidariedades mecânica e orgânica. A opinião de Simmel é muito actual: segundo ele, as cidades proporcionam aos indivíduos, dada a maior circulação de pessoas e objectos, uma muito mais frequente reacção nervosa; o sistema biológico dos cidadãos torna-se assim diferente do dos rurais, proporcionando-lhes uma maior adaptação à mudança e à instabilidade. Nos tempos actuais, em que a sociobiologia encontra alguma aceitação, ou se verificam interligações crescentes entre as ciências naturais e as sociais (Santos, 1987), este argumento merece alguma reflexão.

A ideia fundamental dos autores adversários de uma caracterização única do "urbano" é que diferentes modelos sociais, ao longo da história, conduzem a diferentes conteúdos — económicos, sociais, culturais, políticos — das implantações espaciais: isto é, a tipos diferentes de "urbano". Ou, como escreve Ledrut (1973:12), "há uma diferença qualitativa entre as primeiras aldeias e as primeiras cidades da história, mas também há outras não menos importantes entre as cidades antigas e as modernas".

Duas ideias esclarecem este pensamento. Por um lado, ao longo do tempo sempre existiram "cidades" — concen-

A diversidade do "urbano"

trações espaciais da população; simplesmente, tratava-se de *formas* espaciais, com *conteúdos* muito diversos. As cidades seriam fenômenos de "superfície", perante a realidade estrutural das sociedades — estas, sim, objecto do conhecimento científico. Por outro lado, nas sociedades mais desenvolvidas, os desenhos (as "formas") espaciais tornam-se muito complexos, esbatendo-se as fronteiras físicas, e os "conteúdos" do campo e cidade tendem a homogeneizar-se.

Vejamos o primeiro problema — as cidades no tempo. Até uma época recente, é admissível que sempre existiram implantações espaciais concentradas, fisicamente distintas do ambiente envolvente. Apesar de revestirem alguma particularidade — as actividades económicas que predominam na cidade (o comércio, o artesanato, mais tarde as manufacturas e a indústria), por exemplo, são diferentes das do campo —, o seu "conteúdo" mais vasto varia bastante, em termos de modos de produção ou de modos de integração económica — ou, ainda, de "civilização". Por outras palavras, cada uma dessas implantações espaciais só se pode compreender se situada em sistemas sociais que ligam "cidade" e "campo" por laços particulares.

É este, por exemplo, o pensamento de Castells (1975, 1979 e 1981). Para ele, são os modelos sociais — os modos de produção — a provocar formas espaciais particulares. Uma concretização frequente dessa espacialização são as concentrações populacionais — ou "cidades". Simplesmente, as cidades de outrora nada têm a ver com as actuais: "Não há dúvida" — escreve — "que a organização social e o sistema cultural dependem de algo mais do que do número e da diversidade de indivíduos que compõem a sociedade" (1979:63). Isto é, não são as características ecológicas, as formas espaciais, a determinar o modo de organização social, mas o contrário. As "cidades" e o "campo", para Castells, sempre se inseriram num mesmo sistema social, que os explica mutuamente: mesmo no tempo em que os dividia a principal contradição social — quando nas cidades se efectuava a extorsão do sobre-trabalho agrícola, como nas sociedades predominantemente agrárias, incluindo as feudais —, elas explicavam-se (relacionalmente) dentro de um mesmo modo de produção, e não em quaisquer termos de "modernidade" ou "posterioridade" (civilizacional) das cidades em relação ao campo (1979:92). Os únicos cortes a fazer, no espaço físico, só fazem sentido (e nas sociedades rurais fá-lo-iam, em parte) se forem cortes da estrutura social comum (1981:32). Esta hoje, como veremos, não divide "cidade" e

"campo"; daqui que, para Castells, o "urbano" seja também um termo ideológico, e a Sociologia Urbana não tenha "objecto real" sobre que se debruçar (1979:68-71).

Semelhante ao de Castells é o pensamento de Harvey (1977). Para este, o "urbanismo" é um "conjunto de relações sociais que reflecte as relações estabelecidas na sociedade enquanto totalidade" (1977:319); cada modo de produção — ou, como ele operacionalmente utiliza, cada modo de integração económica — terá a sua "forma urbanística dominante" (idem: 214). Pode-se apurar neste autor, todavia, um traço essencial ao "urbanismo": este é sempre um modo de concentração geográfica do produto social excedente, ligada à extorsão do sobre-trabalho (idem: 226-251).

Ainda semelhantes, mas prevendo uma especificidade maior do "urbano", são as teorias de Lefebvre ou Ledrut. Para Lefebvre (1970 e 1974) a cidade "projecta no terreno uma sociedade inteira", mas conserva uma existência própria. A totalidade — escreve ele — "não deve fazer esquecer que a parte e o elemento têm também uma existência distinta", em relação dialéctica com aquela. A história adquire, na cidade, características particulares: são específicos a troca de informações sempre renovadas, o papel do simbólico, e os "jogos de toda a espécie" (1970:147-150). Também para Ledrut (1968, 1973 e 1976) a organização espacial de um território é a "forma *concreta*, ou *material*, da organização social de uma sociedade (ou formação social) dada" (1976:47). Todavia, subsiste uma certa especificidade da realidade "urbana" — as "colectividades urbanas", objecto de estudo sociológico: elas possuem alguma "independência e autonomia" (1968:11, e 1973:7-12).

Um outro traço da especificidade "urbana" se pode encontrar no pensamento de Harvey e Lefebvre: segundo estes, mesmo se as diferentes cidades correspondem a diferentes sistemas sociais, que lhes determinam maioritariamente o conteúdo económico e social, a verdade é que permanecem sempre cidades, e sistemas de cidades, mesmo após as mutações sociais. Com a Revolução Industrial, por exemplo, muitas das cidades medievais entraram em declínio; no entanto, a industrialização levou ao surgimento de muitas outras, porque delas necessitava (cf. Harvey, 1977:261; e Lefebvre, 1970:230-231). As cidades, enquanto entidades individuais, "nascem e morrem"; mas permanecem diferentes sistemas de cidades (Harvey, 1977:261).

Apesar de o pensamento de qualquer destes autores radicar no marxismo, é possível enquadrar neste raciocínio o

trabalho de Weber (1982) sobre a cidade. Com efeito, ao estudar a cidade ocidental da Idade Média na sua originalidade histórica, Weber admite as grandes diferenças societárias que existem entre as várias "cidades" das várias civilizações. Para ele "o desenvolvimento das cidades (...) fez-se em cada civilização segundo a lógica ou o espírito próprio a cada uma"; o desenvolvimento das cidades "inscreve-se no quadro geral de cada civilização particular, de que cada cidade é uma das expressões" (Freund, em Weber, 1982:15-16). Apesar de haver uma "lei interna própria ao fenómeno urbano" que não permite uma infinidade de combinações sociais nas cidades (idem: 16), a especificidade — o ideal-tipo — da cidade medieval (a existência de mercado, fortaleza, autonomia jurídica e política) obriga a que não possamos confundir, sob o termo "cidades", realidades sociais muito diferentes. Para Weber, o único traço comum às cidades das várias civilizações é, precisamente, a contiguidade espacial e, parcialmente, a inexistência dos agrupamentos primários de vizinhança (Freund, 1975:48). A cidade medieval, para ele, é apenas uma das múltiplas realidades sociais — económicas, políticas, administrativas, culturais — que podem surgir com a contiguidade espacial.

Se as cidades no tempo são profundamente diferentes entre si, a evolução social na actualidade, sobretudo nos países mais desenvolvidos — é a segunda ideia destes autores — oferece tal complexidade social e espacial que a distinção rural / urbano perdeu a quase totalidade do seu sentido.

Com efeito, hoje, mais do que de espaço físico — geográfico — interessa falar em espaço social ou económico. As diferentes formas de implantação espacial das populações são cada vez mais complexas: por um lado, perdeu-se a nitidez da separação entre cidade e campo — que, pelo menos no caso da cidade antiga, existia claramente, marcada pela fortaleza; por outro, as implantações espaciais têm significados sociais pouco específicos, por não corresponderem a processos sociais ou económicos particulares. Os melhores dos meios de comunicação e de transporte são geralmente apontados como os factores que desencadearam a mudança: eles permitem, hoje, que laços económicos e sociais unifiquem espaços geográficos muito distintos, ou muito distantes. Como escreve Castells (1975:211-212 e 214) "(...) o espaço passa a ser inteiramente dominado, trabalhado, apropriado pela lógica das relações sociais, escapando no fundamental às condicionantes naturais"; "(...) nas formas do espaço, não é mais possível identificar uma forma a um

conteúdo". Um exemplo da noção de espaço social, segundo Richardson (1978:270-271), são as megalópoles modernas: estas agrupam diversas cidades, e vastas zonas de campo; "Os laços que ligam os diferentes centros não são visíveis em mapas ou fotografias. (...) as cidades das megalópoles estão unidas em termos de espaço económico e social, mas *não* espaço geográfico". O espaço hoje, escreve ainda Castells (1985:119), é mais um espaço de "fluxos" do que um espaço de "locais".

Na opinião de Harvey (1977:273 e 323), esta transformação deve-se ao facto de o sistema de mercado (o intercâmbio de mercado) ter penetrado todos os aspectos da actividade social — não enquanto actividades isoladas, que sempre existiram (por exemplo, o comércio), mas através do funcionamento generalizado dos mercados de fixação dos preços, em todas as actividades produtivas. O intercâmbio de mercado, principal modo de integração económica da sociedade capitalista, ultrapassou os limites urbanos, aos quais se circunscreveu durante muito tempo — antes da sua constituição como principal modo de integração: as "formas capitalistas" — escreve Harvey — escapam "aos seus confins urbanos e (integram) uma economia global".

Por outras palavras, hoje a *urbanização* afastou-se da *cidade*, sobretudo nos países mais desenvolvidos. O espaço geográfico é ocupado indistintamente por várias funções e actividades que cabiam antes na cidade. A indústria, por exemplo, tende hoje a disseminar-se, por serem menos rígidos os factores da localização industrial, instalando-se fora dos meios "urbanos" (as cidades), para onde convergiu — ou que fez nascer — durante a Revolução Industrial. A agricultura integra-se cada vez mais no sistema de mercado, a montante ou a jusante, ligando-se às indústrias (máquinas, adubos ou agro-alimentares), ou ao capital financeiro (créditos), por exemplo. Os espaços "rurais" tornam-se cada vez menos "agrícolas": o desenvolvimento tecnológico tem sido acompanhado pelo forte declínio da população empregue na agricultura, e são operários, empregados dos serviços e membros de outras profissões "urbanas" que hoje povoam o "campo" (as articulações entre as actividades agrícolas e não agrícolas são, também, cada vez mais complexas). As migrações de reformados para o campo ou a procura crescente do turismo não urbano (Courageau, 1984), são outros dos fenómenos que levam à crescente inter-penetração do urbano e do rural, em todas as sociedades desenvolvidas. A "urbanização", tal como é normalmente apelidada, torna-se um

processo social que abarca todas as formas espaciais — cidade e campo.

Os produtos da cidade, o mercado centrado nas cidades, a informação e a cultura difundidos pelas cidades, alastram pelo espaço e de alguma forma o unificam. Como escreve Lefebvre (1970:17 e 205), o que define hoje a "sociedade urbana" "acompanha-se de uma lenta degradação e desparecimento do campo, dos camponeses, da aldeia, tal como de uma dispersão, de uma proliferação desmesurada do que foi antes a cidade". Para Ledrut (1968:IX-XII e 1976:42-53) a "ruralidade" perde as suas características: embora ainda dominados, os agricultores passam da fase da "sujeição" para a de "assimilação" pela sociedade: a urbanização não é mais "a dominação do mundo urbano, é (...) a transformação mais ou menos rápida do mundo rural (...) em simples sector (...) de um mundo urbanizado" (sobre a "urbanização" dos campos ver ainda Rambaud, 1973).

Se é verdade que existe um processo social nas sociedades modernas que unifica "rural" e "urbano" numa nova lógica, operando-se uma nova diferenciação do espaço social, talvez seja então incorrecto apelidar esse processo de "urbanização". De facto, este termo conota o processo social não só com o que se passava nas cidades antigas, como com o que caracteriza as cidades modernas. Em primeiro lugar, as cidades sempre foram associadas aos lugares da "civilização", ou modernização; em segundo, as cidades actuais, nos países desenvolvidos, cresceram associadas a uma grande expansão industrial, que nelas se concentrou. Falar de "urbanização", hoje, conota imediatamente com "modernização", "industrialização" ou, por vezes, "ocidentalização" (Castells, 1979:59-65 e 85). Ora, segundo Castells (idem), já existiu "urbanização" nas sociedades antigas sem que tenha existido nem industrialização, nem modernização, nem "cultura urbana". O termo "urbano", ou "urbanização", contém assim várias imprecisões de ordem teórica, por ser usado para realidades sociais diferentes. Mais que de "urbanização", deveríamos antes falar — para estes autores — de difusão da sociedade industrial, do modo de produção capitalista, ou do intercâmbio de mercado enquanto modo de integração económica — os quais se associaram historicamente, até à actualidade, à concentração espacial — ou "urbanização" — das populações.

O facto de se ter ganho homogeneidade no espaço social não quer dizer, para estes autores, que se tenha perdido toda a diferenciação. Para Ledrut (1968: XII), é necessário adoptar,

hoje, o conceito único de *centralidade*, variável do espaço social — e eliminar a distinção rural / urbano. Para Lefebvre (1970:204-205), a distinção fundamental a operar é a que separa “centro” e “periferia”, ou “tecido urbano compacto” e “tecido urbano de malha larga”. Nas sociedades pré-industriais a distinção cidade / campo exprimia a principal divisão social. Hoje, num espaço aparentemente homogêneo, são a informação, a formação e a decisão que se centralizam: as novas cidades são, antes do mais, “centros de poder” (Lefebvre, 1970:231-232). Não há mais, como escreve Ledrut (1976:45), “cidades-compactas”. Mas são pelo menos os centros das cidades — nas regiões de malha urbana mais apertada — que mantêm o que provavelmente sempre detiveram: são as sedes do poder político e económico, os locais de decisão. Estes últimos argumentos re-enviam, claramente, para a noção de especificidade do “urbano”.

Existe ou não uma natureza específica do “urbano”, que atravesse o tempo e as fronteiras? Existe um “urbano” trans-temporal, que unifica as características das primeiras cidades da humanidade e as metrópoles actuais; ou trans-social, que dá aspectos comuns às cidades dos países desenvolvidos e às do Terceiro Mundo? Ou, inversamente, estamos sujeitos a uma profunda diversidade social, em que diferentes modelos económicos e sociais, no tempo e no espaço, provocam muitos fenómenos diferentes chamados, em enganadora homogeneidade, “cidades” ou “urbanização”?

Provavelmente, ambas as proposições estão certas. Os tempos de pluralismo teórico que actualmente vivemos favorecem, decerto, uma leitura múltipla: o que se perde em causalidades rígidas ganha-se em riqueza de compreensão. Um exemplo desta afirmação é o modo como se deve encarar a relação entre *espaço* e *sociedade*. O ideal será admitir uma causalidade recíproca entre os dois conceitos. Castells coloca o problema de uma forma interessante: para ele, o problema de saber se a determinação principal, nesta relação, pertence a um ou outro dos termos é um falso problema. A existência de dadas características geográficas ou ecológicas — a contiguidade espacial, ou as condicionantes naturais — só interessa, nas Ciências Sociais, enquanto “suporte de relações sociais”; como ele escreve (1981:489), “não há razão para escolher entre o ‘natural’ e o ‘cultural’ na determinação social, porque os dois estão unidos indissolúvelmente na única realidade material do ponto de vista histórico: a *prática histórica*” (o espaço não determina a sociedade tal como o tempo não

A importância da “cidade”

o faz — o século XIX, por exemplo, não “influenciou” as sociedades de então). O que existe, assim, é uma adaptação dos homens, histórica e socialmente condicionada, aos diferentes espaços físicos. Podemos não admitir — o que é intenção de Castells — uma simples determinação ecológica dos acontecimentos; mas parece-nos errado esquecer os fenómenos que podem resultar da coexistência dos homens num mesmo local, e da sua inter-relação intensa. O *espaço social cidadão* (simbiose entre o “espaço” físico e a “cidade” humana), resultante da reunião dos homens num mesmo local, pode revestir alguma homogeneidade, mesmo em sociedades muito diversas.

Apesar da grande diversidade social subjacente, deve admitir-se, quanto a nós, que a interacção humana em espaços físicos comuns oferece alguns pontos de semelhança. A existência de múltiplas interacções sociais no quotidiano, a entrada permanente em cena de novos actores ou a informalidade e aleatoriedade das relações (Remy e Voyé, 1981:36-39), criam uma especificidade da vida “cidadina” que não encontramos noutros meios. O argumento de Claval de que a cidade permite uma maximização da interacção social não é refutável sociologicamente; e não é provável que dessa maximização não resultem acontecimentos sociológicos particulares. Nas cidades potenciam-se as relações sociais, entram em contacto os diversos grupos, estabelecem-se múltiplas negociações e relações de força de onde resultam provavelmente as principais transformações sociais. Por constituírem tão importantes centros de relação e decisão, adquirem um poder simbólico que se marca no espaço e nos homens.

Ainda que nas sociedades actuais se fale de uma “urbanização generalizada”, os indicadores empíricos demonstram frequentes diferenças entre a “cidade” e a “não-cidade”, ou entre as regiões metropolitanas e não-metropolitanas: a instalação do terciário superior e das sedes das empresas, a quantidade de empresas inovativas, os índices de “desvio” social, por exemplo, são sempre maiores nos centros urbanos ou nas suas imediações. E é difícil não admitir traços culturais distintos: o agricultor moderno pode ser hoje “urbano”, mas não parece “cidadino” (a especificidade do mundo rural contemporâneo talvez passe, precisamente, pelo nível cultural — Bodiguel, 1986). Mesmo os autores de formação marxista — normalmente adversários de caracterizações trans-sociais — fazem, como vimos, a individualização da “cidade”. Ainda que tenhamos que lembrar que

não é apenas a densidade da população que explica a natureza das organizações sociais, a verdade é que negar totalmente as "cidades" — como faz Castells — parece um esforço inglório.

Parece fazer sentido, assim, a continuação da distinção, para fins sociológicos, entre a "cidade" e a "não-cidade". Esta distinção é mais útil como base de raciocínio do que como base de operacionalização empírica; a individualização destas entidades é, como se sabe, bastante complexa. Quanto à distinção entre o "urbano" e o "não-urbano", que deveria coincidir com ela, apenas se torna menos importante dada a utilização menos rigorosa do conceito, confundido normalmente com processos sociais mais amplos.

Qual será, então, o futuro das cidades? O grande problema — e novo, na sua história — com que as cidades actualmente se defrontam é o facto de as inovações tecnológicas terem atenuado fortemente a importância da distância espacial. Nunca como hoje, com efeito, a interacção social esteve tão pouco dependente da variável física; os homens podem hoje manter uma comunicação intensa sem coexistência espacial. A informática, a telemática, as videoconferências, permitem que actividades que antes exigiam proximidade possam ser realizadas a partir de locais distantes. Por outras palavras, o que sempre fez a especificidade do urbano pode estar hoje, pela primeira vez, em causa.

Como se desenharão no espaço as sociedades do futuro? Serão sociedades de povoamento disseminado, onde a população activa se instalará nas residências, munida de computadores e aparelhos de comunicação à distância, enquanto os locais de produção estarão inteiramente mecanizados? Não existirão concentrações demográficas importantes, dados os seus elevados custos económicos e pessoais, e a sua aparente desnecessidade? Regressarão as aldeias, agora de base electrónica e, na falta das antigas "cidades", teremos uma "cidade mundial" (que, na prática, coincide com uma "aldeia global")?

É provável que não. Aquilo que fez sempre a especificidade das cidades talvez permaneça. Uma videoconferência talvez não dispense o contacto pessoal, físico; o homem, como ser gregário, talvez sempre necessite da proximidade dos outros seres para entabular alguns níveis de relação — com a existência de "calor humano". Como escrevem Remy e Voyé (1981:36-39), é a informalidade das relações permitida pelo contacto físico — que complementa a maior formalidade das relações à distância — que permite a multiplicação dos

contactos e das trocas, e o surgimento dos processos "aleatórios" que definem o meio cidadão.

Ainda que nada disto aconteça, e que os homens permaneçam em grande parte das suas vidas fisicamente afastados, haverá provavelmente impulsos para reuniões periódicas. O actual florescimento dos congressos, reuniões ou colóquios pode ser disso um exemplo. Periodicamente, os seres humanos reunir-se-ão, ou para trocar mais densamente informações, ou para trocar directamente produtos, ou para celebrar em conjunto certos eventos. Periodicamente, convergirão de locais distantes para pontos físicos bem marcados no espaço. Ora, foi precisamente assim — para efeitos de troca, de cultos ou celebrações colectivas, ou para fins de defesa militar — que nasceram no passado as cidades...

Provavelmente, teremos que nos defrontar, no futuro, com o novo problema da "centralidade", e com as cada vez mais ténues fronteiras espaciais; mas essa "centralidade" — de contactos, de reuniões, de decisões — continuará a operar-se em centros urbanos bastante marcados.

A cidade, desde o seu início histórico, escreve Mumford (1989:49), constituiu um "símbolo do possível"; concentrou as actividades religiosas, o poder simbólico, mas também foi responsável pela instituição da guerra (idem: 63). A potenciação das relações sociais que ela representa parece atribuir-lhe a especial vocação para as transformações, para o prosseguimento dos diversos "possíveis", avaliemo-los positiva ou negativamente. Empenhar-se nas mudanças sociais deve continuar a ter lugar, assim, nas cidades. É quase certo que aquilo que de importante venha a acontecer no futuro, até mesmo o "fim das cidades", será decidido nas cidades de hoje. ■

Referências Bibliográficas

- Berry, B. (Ed.) 1976 *Urbanization and Counter-Urbanization*, Beverly Hills, Sage.
- Bodiguel, M. 1986 «Les campagnes françaises à la recherche d'une nouvelle identité», 13e Congrès Européen de Sociologie Rurale, Braga, Portugal (policop.).
- Castells, M. 1975 *Sociologie de l'espace industriel*, Paris, Anthropos.
- 1979 *Problemas de investigação em sociologia urbana*, Lisboa, Presença, 2ª ed.
- 1981 *La question urbaine*, Paris, Maspero.
- 1985 «Mudança tecnológica, reestruturação económica e nova divisão espacial do trabalho», *Sociedade e Território*, 3.
- Claval, P. 1981 *La logique des villes. Essai d'urbanologie*, Paris, Litec.
- Courgeau, D. 1984 «Relatório de Síntese do Seminário» (Conseil de l'Europe, *Séminaire sur les effets des tendances démographiques actuelles sur les villes et les régions d'Europe*, 1979), in A. Alarcão (1984), *Divisão regionalizada e evolução demográfica*, Oeiras, F.C.Gulbenkian — C.E.E.A.
- Durkheim, E. 1977 *A divisão do trabalho social*, Lisboa, Presença.
- Freund, J. 1975 «La ville selon Max Weber», *Espaces et Sociétés*, 16.
- Harvey, D. 1977 *Urbanismo y desigualdad social*, Madrid, Siglo XXI de Espana Edit.
- Ledrut, R. 1968 *L'espace social de la ville. Problèmes de sociologie appliquée à l'aménagement urbain*, Paris, Anthropos.
- 1973 *Sociologie urbaine*, Paris, P.U.F.
- 1976 *L'espace en question ou le nouveau monde urbain*, Paris, Anthropos.
- Lefebvre, H. 1970 *Du rural à l'urbain*, Paris, Anthropos.
- 1974 *La production de l'espace*, Paris, Anthropos.
- Mumford, L. 1989 *La città nella storia*, Milano, Bompiani, 5ª ed.
- Rambaud, P. 1973 «Village et urbanisation. Problèmes sociologiques», *Études Rurales*, 49-50.
- Remy, J.; L.Voyé 1981 *Ville, ordre et violence. Formes spatiales et transaction sociale*, Paris, P.U.F.
- Richardson, H. 1978 *Regional and Urban Economics*, Penguin Books.
- Santos, B. S. 1987 *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Afrontamento.
- Simmel, G. 1976 «A metrópole e a vida mental», in O.Velho (Org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 3ª ed.

- Sjoberg, G. 1972 «Origem e evolução das cidades», in K.Davis *et al.*, *Cidades: a urbanização da humanidade*, Rio de Janeiro, Zahar, 2ª ed.
- Weber, M. 1982 *La ville*, Paris, Aubier-Montaigne.
- Wirth, L. 1976 «O urbanismo como modo de vida», in Velho, O. (Org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 3ª ed.